

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014



**Além dos oceanos: perspectivas
sobre a cooperação África do Sul-
Brasil-Índia**

ESTE E OUTROS 11 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 209 • 14 de Novembro de 2024

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [Fragata SAS “Amatola” \(F145\) da Marinha da África do Sul durante exercício “IBSAMAR” 2024.](#)

Por: Marinha do Brasil

Fonte: Flickr

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontradas na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

O NAC também está no [LinkedIn](#), acompanhem nossas postagens.

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Vice-Almirante Gustavo Calero Garriga Pires

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) José Luiz Ferreira Canela

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

Prof. Dr. Rafael Zelesco Barretto (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (EGN)

Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

José Ricardo de Oliveira Araujo (UFRJ)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)

TRADUÇÃO

Lucas Salles Pithon Macedo (UFRJ)



ÁFRICA SUBSAARIANA

Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Isadora Jacques de Jesus (UERJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
José Ricardo de Oliveira Araujo (UFRJ)
Luísa Barbosa Azevedo (UERJ)
Mariana Bastos Fraguito (UFRJ)
Nicole Eduarte Silva Chifunga (UFF)
Rafaela Marinho Gonzalez Machado (UFRJ)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (UERJ)

AMÉRICA DO SUL

Bruna da Silveira Eloy (UFRJ)
Fernanda Carvalho Calado Coutinho (UFF)
Gabriel Augusto Almeida da Silva (UFRJ)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Maria Fernanda Santos Kerr (UERJ)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Gabriel Paradela Heil (UFRJ)
Kaíke Ferreira Mota (UFRJ)
Taynah Pires Ferreira (UFRJ)
Victor Cabral Ribeiro (PUC-Rio)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriela Paulucci da Hora Viana (UFRJ)
Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF/SWUST)
Jayanne Balbino Soares (UFF)
Nathália Magalhães Macedo (UFRJ)

EUROPA

Amanda Maciel Fraga Montoiro (UFRJ)
Emerson Luiz Bento dos Santos (UFRJ)
Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Maria Victoria R. Scarlatelli de Menezes (KCL)
Marina Autran Caldas Bonny (UFRJ)
Millene Sousa dos Santos (UFRJ)
Rafaela Caporazzo de Faria (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (Kobe University)
Marcelle Torres Alves Okuno (EGN)
Maria Carvalho Pinto Puccetti (UFRJ)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Nina de Almeida Bonifacio Pereira (UERJ)
Philipe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFSC)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Amanda Neves Leal Marini (ECEME)
João Gabriel Fischer Morais Rego (ECEME)
Maria Clara Vieira Schneider Vianna (UFRJ)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)
Vitória de França Fernandes (UNIRIO)

RÚSSIA & EX-URSS

Gabriel Willian Duarte Constantino (UFRJ)
José Gabriel de Melo Pires (ECEME)
Luíza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)
Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (EGN)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangueira (PUC-Rio)
Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Lucas Mitidieri (UFRJ)
Maria Fernanda Császár Lima Ferreira (UFRJ)
Rebeca Vitória Alves Leite (EGN)
Renan Guimarães Canellas de Oliveira (PUC-Rio)

TEMAS ESPECIAIS

Carolina Vasconcelos de Oliveira Silva (PUC-Rio)
Gabriel Mendes Andrade (UERJ)
Raquel Torrecilha Spiri (UNESP)
Victor Magalhães Longo de Carvalho Motta (UFRJ)



SUMÁRIO

AMÉRICA DO SUL		LESTE ASIÁTICO	
A crise energética na Bolívia: impactos e perspectivas futuras.....	5	Os desafios da política de defesa japonesa sob Shigeru Ishiba.....	12
AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL		A intensificação dos Exercícios Navais da China em seu entorno estratégico.....	
A retomada do poder de Donald Trump	6	13	
ÁFRICA SUBSAARIANA		SUL DA ÁSIA	
Um rastro de degradação: a controversa atuação da <i>Shell</i> na Nigéria.....	7	Desafios da Índia em busca de autonomia mineral.....	
EUROPA		13	
Como a instabilidade no Levante afeta a República do Chipre.....	8	SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA	
A nova política migratória do Reino Unido	9	Expansão Silenciosa: as disputas entre China e Vietnã no Mar do Sul da China.....	
ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA		15	
A eleição na Tunísia e as perspectivas para o novo governo	10	TEMAS ESPECIAIS	
RÚSSIA & Ex-URSS		Além dos oceanos: perspectivas sobre a cooperação África do Sul-Brasil-Índia	
A Moldávia como paradigma da oposição Oriente-Occidente	11	16	
		Artigos Selecionados & Notícias de Defesa.....	
		17	
		Calendário Geocorrente.....	
		17	
		Referências.....	
		18	
		Mapa de Riscos.....	
		19	

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Por: Kaike Mota



Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 19

A crise energética na Bolívia: impactos e perspectivas futuras

Maria Fernanda Kerr

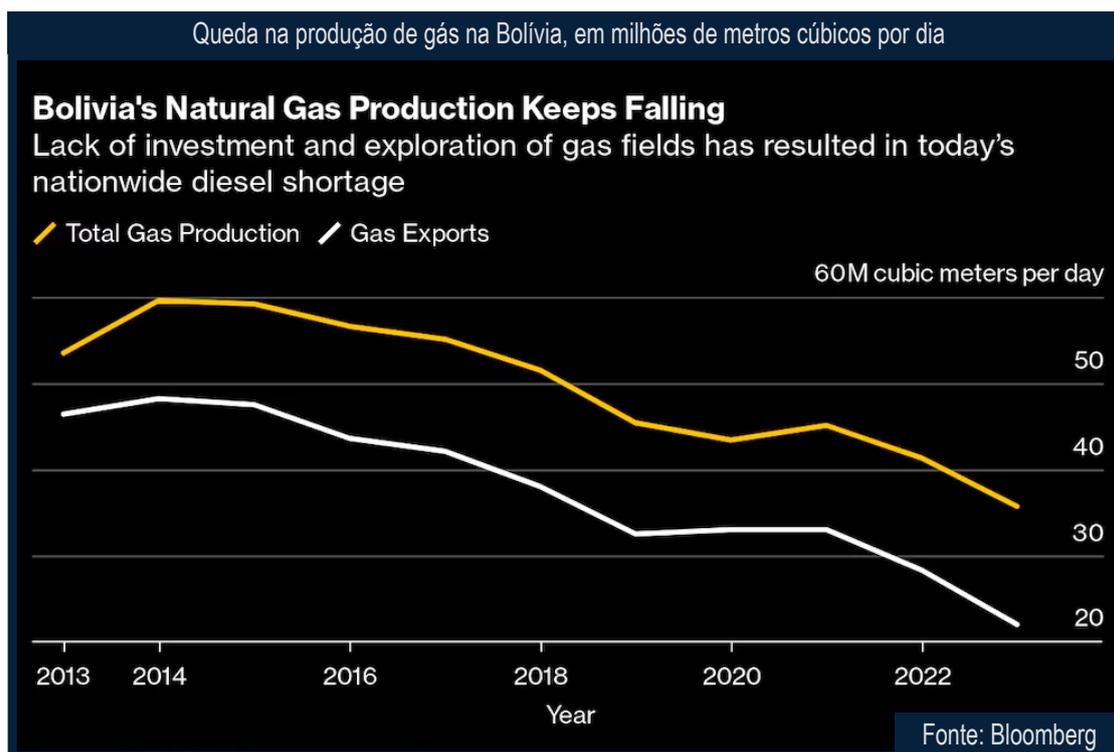
Nos últimos anos, a Bolívia tem enfrentado uma crise energética sem precedentes. Tal situação é ocasionada por uma série de fatores, como o declínio da capacidade de produção de petróleo e gás e o contrabando de combustível. A partir disso, tornou-se necessária a importação de recursos energéticos, principalmente da Rússia, para se suprirem as demandas do país. Porém, o tenso clima político interno e a instabilidade econômica, em conjunto com os elevados valores de tais importações, levam ao questionamento: quais seriam as possíveis opções da Bolívia para além da compra de recursos energéticos de outros países?

Desde junho de 2024, a população protesta contra esse cenário, que aumenta as tensões sociopolíticas no país. Isso se dá principalmente porque a crise energética faz com que os combustíveis fiquem mais caros, dificultando a mobilidade da população e o transporte de mercadorias básicas. Uma das formas de protesto foi o bloqueio de estradas, organizado pelo sindicato de transportes. Nessa perspectiva, a insatisfação popular com a administração de Luís Arce só aumenta.

Como estratégia para reverter essa situação, o governo boliviano busca atrair investimentos, principalmente de empresas privadas brasileiras, do setor de mineração. Sob esse contexto, o presidente Luis Arce anunciou, em agosto de 2024, duas medidas importantes: a troca

do ministro de Hidrocarbonetos e Energia e o anúncio da futura convocação de um referendo para que os bolivianos decidam sobre a manutenção dos subsídios aos combustíveis. O referendo ainda não tem data prevista, mas o novo ministro, Alejandro Gallardo, já foi empossado. O governo espera que a crise seja parcialmente resolvida a partir de alternativas propostas pelo novo ministro, como um esforço para menor dependência de combustíveis estrangeiros a partir da modernização da infraestrutura energética do país e de maior inclusão da sociedade por meio de consultas populares no que diz respeito às possibilidades de exploração. Ademais, conjectura-se que a Bolívia passe por uma transição energética forçada, dado que o país não possui mais capacidade de produzir energia para a demanda existente a partir de hidrocarbonetos. A perspectiva é de que a Bolívia deixe de ter sua produção de energia composta 84% de petróleo e gás e recorra a fontes de energia mais limpas.

A partir disso, o governo espera que a situação se amenize. Porém, enquanto o Estado não apresenta opções concretas para suprir a demanda energética do país, a condição se manterá incerta. É importante lembrar que, em 2013, a exportação de gás pela Bolívia estava em seu auge, apenas para em 2022 sofrer uma queda histórica de mais de 50%.



A retomada do poder de Donald Trump

Victor Cabral

A vitória de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos da América (EUA) é incontestável. Trump elegeu-se em 2024, com mais de 75 milhões de votos populares e pelo colégio de delegados, chegando a 312 dos 538, ultrapassando a barreira de 270 para ser eleito. O republicano contará com 53 senadores e uma provável maioria de deputados, que se somarão à maioria conservadora na Suprema Corte, na qual três juizes já haviam sido indicados em seu primeiro mandato (2017–2021). Assim, quais foram os caminhos da vitória de Trump, e quais são as implicações desse cenário?

Mobilizando discursos antimigração e de críticas à pressão inflacionária da administração Joe Biden (2021–2025), Trump conseguiu convencer o eleitorado de que a atual vice-presidente Kamala Harris não seria a melhor opção para a Casa Branca. Trump obteve êxito na corrida eleitoral ao priorizar grupos focais, ampliando seus votos em condados de maioria latino-americana, rurais, suburbanos e entre jovens. A inflação foi uma das tônicas centrais para os eleitores, com a maioria republicana alegando que o custo de vida está mais elevado e com uma parcela independente reprovando a “*Bidenomics*” (expressão em inglês para a política econômica de Biden). Dessa forma, conservadores e moderados decidiram dar uma nova chance ao ex-presidente.

Trump foi eleito sem divulgar dados sobre sua saúde mental e física, quebrando históricos protocolos de presidenciáveis, uma preocupação extra por ele ser a pessoa mais velha a vencer as eleições estadunidenses, com 78 anos completados em junho de 2024. Seu vice é James David Vance, a aposta conservadora dos republicanos para a continuidade do movimento trumpista “*Make America Great Again*” (Tornar a América Grande Novamente, em português). Ambos tomarão posse em 20 de janeiro de 2025. Trump e Vance prometem ampliar as tarifas de importação dos EUA para proteger a economia de produtos chineses e europeus, bem como realizar deportações em massa dos mais de 11,7 milhões de migrantes em situação irregular no país.

Dado que Trump é crítico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e das mudanças climáticas, o mundo enfrentará significativos desafios no multilateralismo nos próximos anos. Espera-se também um reforço da indústria do petróleo e dos carros elétricos, como personificado em um dos principais patrocinadores da campanha, o sul-africano Elon Musk, bem como a retirada dos EUA do Acordo de Paris. Internamente, Trump planeja revanche contra opositores, que poderá promover instabilidade política, que reverberaria na economia global.



Um rastro de degradação: a controversa atuação da Shell na Nigéria

Vanessa Bandeira

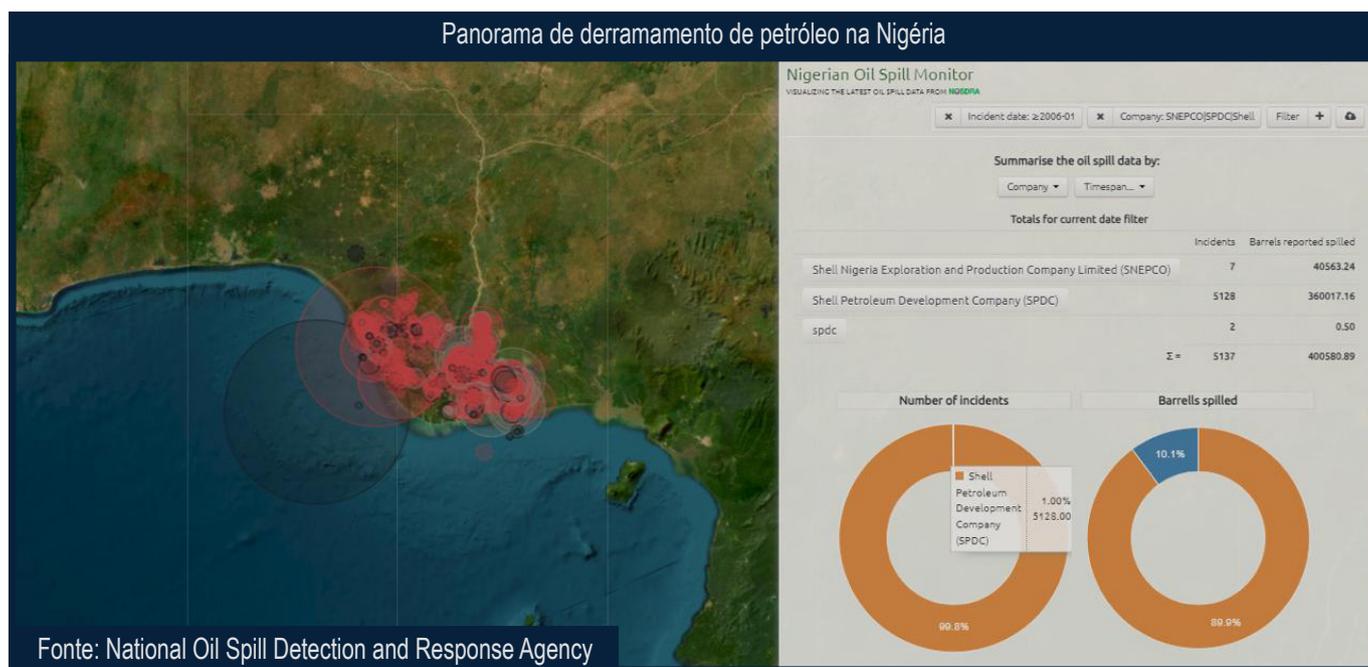
A empresa petrolífera *Shell* opera na Nigéria desde a década de 1930, sendo uma das principais responsáveis pela exploração de petróleo e gás no país, que possui vultosas reservas de hidrocarbonetos. Segundo a *Mordor Intelligence*, atualmente, o setor de petróleo e gás é responsável por 90% das exportações e 80% das receitas do governo nigeriano, o que demonstra a importância desse mercado para o país, assim como o papel estratégico da *Shell*. Todavia, são recorrentes as denúncias de danos ambientais em decorrência das atividades da empresa e suas subsidiárias, marcando a relação com as comunidades locais com controvérsias. Assim, questiona-se: o que motiva essas tensões?

De acordo com o *Nigerian Oil Spill Monitor*, em 2023, a *National Oil Spill Detection and Response Agency* (NOSDRA) registrou 534 casos de derramamento de petróleo no país vinculados à *Shell*, o que corresponde a mais de 45% do total dos incidentes. A empresa nega sua responsabilidade, alegando que os vazamentos ocorreram por sabotagens e roubo de petróleo — esta última uma prática comum no país. Entretanto, as comunidades afetadas denunciam que a empresa é negligente em relação à manutenção dos oleodutos. Historicamente, a *Shell* já foi acusada pela degradação ambiental em diversas comunidades, como Bodo, Bo-ue, Goi, Oruma,

Ikot Ada Udo, Ogale e Bille. Em alguns casos, os danos foram tão críticos que tornaram o ambiente praticamente inabitável, uma vez que alteraram cursos d’água, contaminaram reservas de água potável e inviabilizaram o cultivo e a pesca para os habitantes.

Nesse contexto, os intensos protestos populares que clamavam por reparações foram violentamente reprimidos pelo governo nigeriano, sem que houvesse uma punição efetiva à empresa. A situação direcionou parte da população afetada a buscar justiça junto aos tribunais de países europeus onde a *Shell* possui sede. Apesar da complexidade jurídica devido à atipicidade do caso, é possível observar alguns avanços. Recentemente, o Tribunal de Apelação do Reino Unido concedeu parecer favorável aos mais de 13.000 membros das comunidades Bille e Ogale, para que suas reivindicações fossem levadas a julgamento na corte do país.

Ressalta-se que, para além da degradação ambiental, o derramamento de petróleo afeta também a subsistência da população, agravando cenários já preocupantes de fome e miséria. Assim, em meio às tensões entre as partes, a possibilidade de condenação de ações danosas e reparação, mesmo que em um tribunal externo, pode abrir um precedente para que empresas estrangeiras não fiquem impunes em outros casos semelhantes.



Como a instabilidade no Levante afeta a República do Chipre

Melissa Rossi

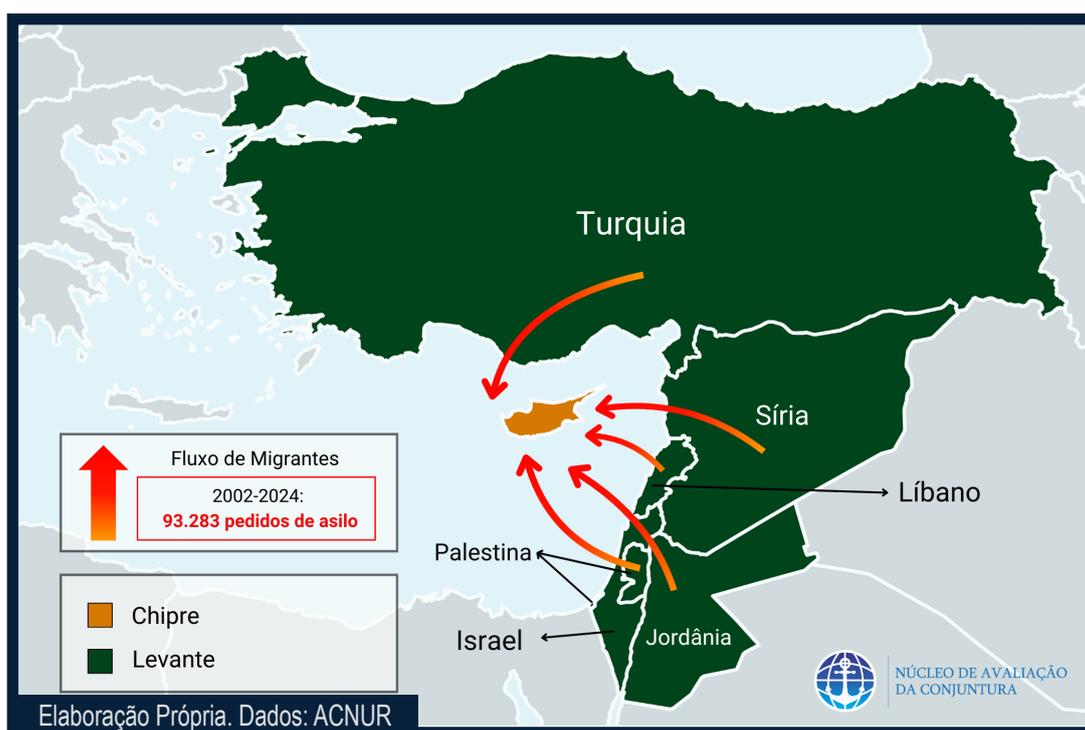
A escalada da violência no Levante tem levado a desdobramentos humanitários no Mediterrâneo Oriental, com impacto direto na República do Chipre, um Estado membro da União Europeia (UE). Conhecido como o “porta-aviões inafundável” por seu formato e localização estratégica — a apenas 264 km do Líbano — a ilha do Chipre tem sido ponto de partida de diversas forças militares através dos séculos, mas, hoje, a ilha se encontra em um novo cruzamento histórico-social, servindo de terra segura para requerentes de asilo da região. Nesse contexto, quais aspectos dessa conjuntura humanitária mais afetam a ilha?

Como porta de entrada ao território da UE, o país sofre diretamente os efeitos da instabilidade do Levante. Segundo dados do ACNUR, desde 2002 o Chipre recebeu mais de 93 mil pedidos de refúgio, o que corresponde à maior concentração per capita de solicitantes da UE, sendo a maioria de requerentes de asilo sírios e palestinos. Contudo, nos últimos anos, o país adotou uma política europeia de segurança de suas fronteiras, numa tentativa de controlar o número de chegadas em seu território, a partir de um tratado bilateral em 2020 entre o Chipre e o Líbano, que estabelece o bloqueio das embarcações com

requerentes de asilo — o que constitui uma violação do Direito Internacional.

Isso acontece não só em violação de diversos tratados e convenções a nível global, mas também em violação direta das regras de proteção dos Direitos Humanos no nível europeu, o que levou, em outubro de 2024, à condenação do Chipre pela Corte Europeia de Direitos Humanos (CEDH), por conta das devoluções forçadas de requerentes de asilo sírios ao Líbano, de onde haviam partido. A CEDH entendeu que as tais devoluções da Guarda Costeira cipriota colocavam os solicitantes de asilo sírios em grave risco de situações de tortura, expondo-os também ao risco de sofrer o *refoulement* indireto, ou seja, de as autoridades libanesas os enviarem de volta à Síria.

A condenação da CEDH demonstra a complexidade dos desafios enfrentados por muitos Estados Membros da UE que possuem fronteiras externas próximas a regiões globais instáveis, como Norte da África e Oriente Médio. Contudo, é de suma importância que o Chipre adequue suas condutas ao Direito Internacional e à lei europeia, garantindo o direito de solicitação de refúgio àqueles em situações de vulnerabilidade extrema.



A nova política migratória do Reino Unido

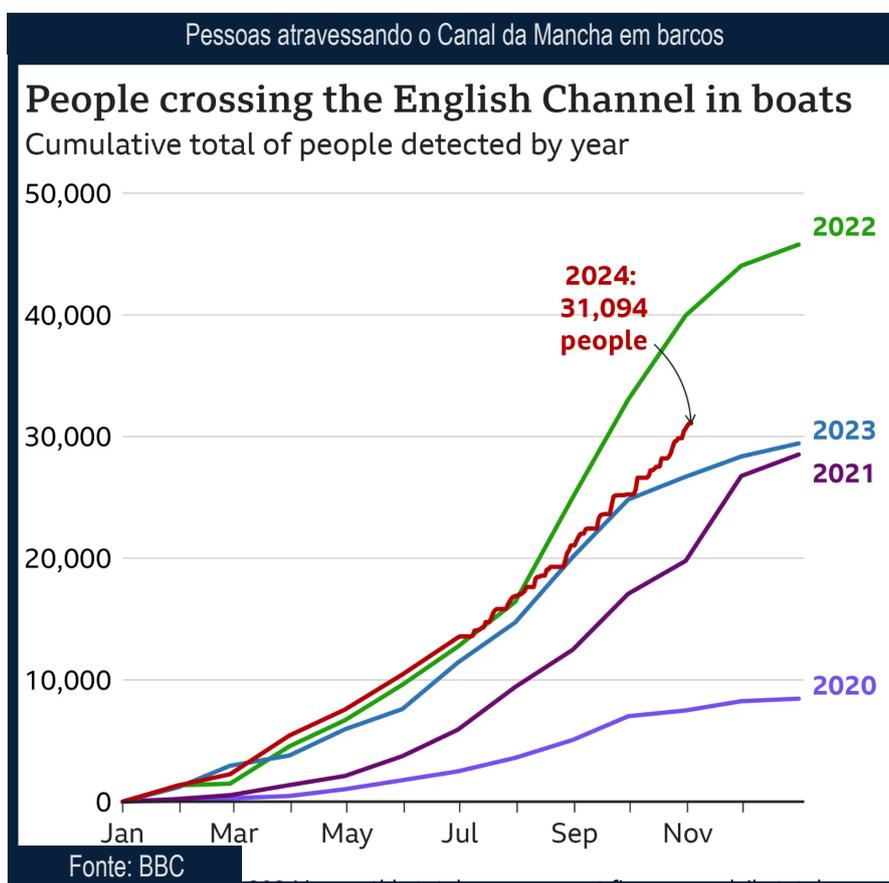
Marina Aufran

O primeiro ano do primeiro-ministro Keir Starmer no Reino Unido está sendo marcado pela procura de uma nova abordagem para se diminuir a migração irregular. Na tentativa de impedir o fluxo de migrantes atravessando o Canal da Mancha pela França, o país organiza novos acordos com os Bálcãs. Nesse sentido, é interessante questionar quais são as perspectivas futuras para a evolução da política migratória britânica.

Ao longo do último ano, a política migratória do Reino Unido teve grandes alterações, causadas principalmente pela mudança de governo em julho de 2024. Até junho, o governo conservador anterior pretendia implementar a “Lei de Segurança de Ruanda” ([Boletim 200](#)), com o objetivo de enviar migrantes em situação ilegal para Ruanda durante o período de processamento dos pedidos de asilo. O atual governo do Partido Trabalhista de Starmer descartou esse projeto por conta do alto custo e de diversos problemas logísticos. Contudo, é importante destacar que o primeiro-ministro elogiou os resultados italianos de diminuição de seus fluxos migratórios em setembro. No caso italiano, o país não só tem acordos com Líbia e Tunísia para financiar treinamentos para impedir barcos de migrantes, como também fechou um acordo em fevereiro de 2024 com a Albânia, similar ao acordo do Reino Unido com Ruanda.

Com isso, o governo britânico de Starmer anunciou recentemente duas medidas principais para lidar com a migração irregular no Canal da Mancha. Primeiro, um plano para dobrar o financiamento de segurança das fronteiras, de US\$ 96,8 milhões para US\$ 196,7 milhões, nos próximos dois anos. O foco será dismantlar as gangues e os contrabandistas, com investimento em equipamentos tecnológicos e investigativos. Em conjunto com essa abordagem, também em novembro, o Reino Unido formou novos acordos com Kosovo, Macedônia do Norte e Sérvia para reprimir o crime organizado de migração internacional. Os Bálcãs são uma região de interesse para cooperação nesse aspecto devido à estimativa de 100 mil imigrantes terem transitado por lá em 2023 e ao fato de a região representar uma rota relevante em direção ao Reino Unido e à União Europeia.

Conclui-se, portanto, que as políticas migratórias britânicas sofreram diversas mudanças ao longo do ano. Por um lado, parece que o país está em uma trajetória de atacar os grupos criadores dessas rotas de migração ao invés do migrante em si. Por outro lado, a aproximação com a Itália nesse aspecto aponta um futuro incerto, no qual políticas como a de Ruanda se mantêm como uma possibilidade.



DOI 10.21544/2446-7014.n209.p09

A eleição na Tunísia e as perspectivas para o novo governo

Pedro Vecchia

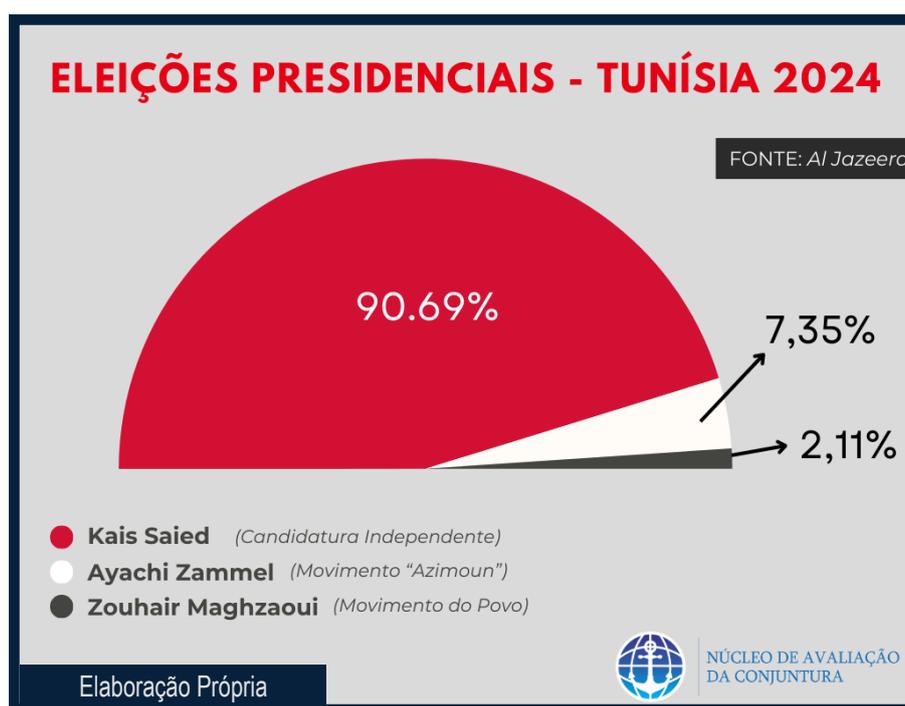
As eleições na Tunísia no dia 06 de outubro ocorreram em meio a um contexto de instabilidade política e econômica, evidenciando questões sobre a direção da democracia tunisiana e as possibilidades de recuperação econômica e estabilidade social do país. A vitória do atual presidente Kaïs Saïed para um novo mandato representa, contudo, um enfraquecimento das instituições democráticas e um alarmante movimento de centralização de poder. O presente texto busca trazer um panorama da situação interna da Tunísia e as futuras perspectivas com o “novo” governo.

Desde que assumiu o poder em 2019, Saïed tem adotado uma abordagem cada vez mais autoritária. Em 2021, ele suspendeu o parlamento e demitiu o primeiro-ministro, assumindo amplos poderes executivos sob o pretexto de “restaurar a ordem”. Já na metade de seu mandato, em 2022, uma nova constituição foi aprovada, fortalecendo o poder presidencial e reduzindo as prerrogativas do parlamento. Esse processo, marcado pela concentração de poder, transformou o sistema político tunisiano, inicialmente parlamentarista, em um regime hiperpresidencialista, reduzindo drasticamente os mecanismos de freios e contrapesos — regras e procedimentos que visam limitar o poder, evitando o controle absoluto de um país. O processo eleitoral, embora oficializado por mecanismos institucionais, tem sido alvo de críticas devido à falta de concorrência real.

Em 2019, Saïed concorreu com outras 46 candidaturas e, nesta eleição, somente três foram permitidas, o que o tornou presidente eleito com 89% dos votos, na eleição com menor presença da população na história da Tunísia.

No campo econômico, a Tunísia enfrenta dificuldades profundas, com uma taxa de desemprego elevada — próxima de 16% — e inflação em torno de 10%, agravando-se as dificuldades para a população. A falta de reformas estruturais e a instabilidade política contribuíram para uma deterioração nas condições de vida, levando muitos tunisianos a perder a confiança na capacidade do governo de enfrentar essa crise. O novo governo enfrentará grandes pressões para subsidiar alimentos e serviços essenciais e buscar financiamento externo em um contexto de escassez de recursos domésticos.

Em um momento em que os tunisianos buscam estabilidade e melhores condições de vida, o cenário atual traz consigo uma mistura de incerteza e apreensão. A centralização de poder por Kaïs Saïed e a falta de concorrência política real nas últimas eleições levantam dúvidas sobre o comprometimento do governo com uma democracia inclusiva e representativa. A viabilidade do governo em manter a estabilidade dependerá, em grande medida, de sua habilidade para engajar essas vozes e implementar reformas que não prejudiquem ainda mais a população.



A Moldávia como paradigma da oposição Oriente-Occidente

Lucas Salles Pithon

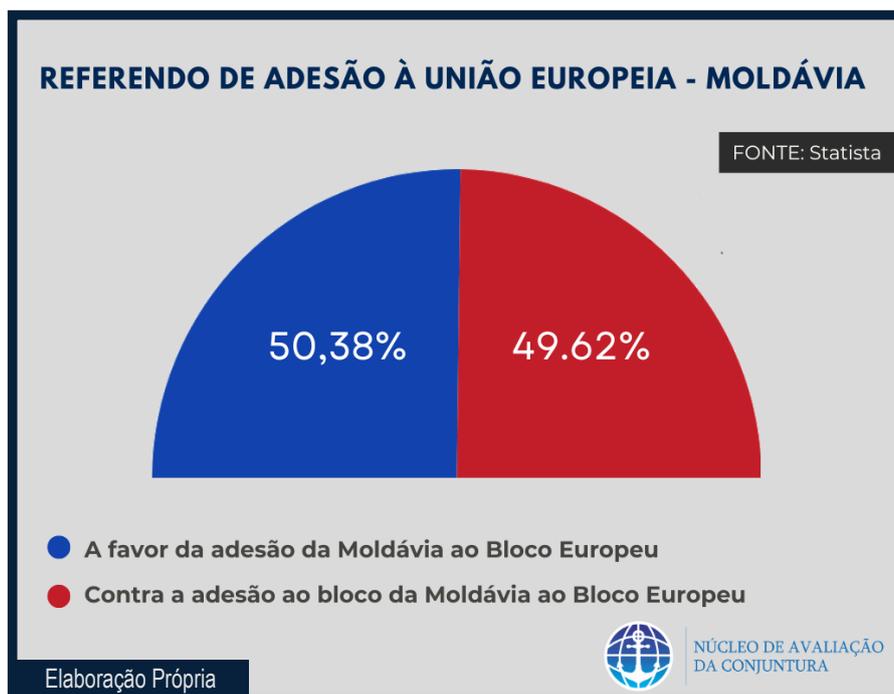
Localizada no meio geográfico entre Europa e Rússia e com 1.200 km de fronteira com a Ucrânia, a Moldávia vive uma dualidade também política. No dia 21 de outubro de 2024, o país realizou um referendo para ser decidida sua entrada na União Europeia (UE), cujo resultado foi de 50,4% a favor, materializando-se um exemplo recente da divisão entre Ocidente e Oriente dentro do país. Esse cenário, assim, exige não apenas uma análise do passado da Moldávia, porém, mais importantemente, a ponderação: por que é essencial analisar os próximos passos da Moldávia enquanto fronteira geopolítica entre a Rússia e a Europa?

Após a dissolução da União Soviética, a República da Moldávia ganhou notoriedade no século XXI como um caso exemplar de desenvolvimento entre as ex-repúblicas soviéticas e uma vitrine do modelo europeu. Contudo, o descobrimento em 2014 de um esquema de corrupção de US\$ 1 bilhão — equivalente a 12% do PIB do país — estremeceu os planos de reforma e contribuiu para a eleição do candidato pró-Rússia Igor Dodon em 2016, o qual perdeu o cargo em 2020 para a atual presidente Maia Sandu (posteriormente reeleita no dia 04 de novembro de 2024), que articula a integração do país à UE.

A eclosão do conflito russo-ucraniano tem auxiliado

na recente guinada de Quixinau em direção à UE: no âmbito do conflito, a Moldávia tem gradualmente saído da neutralidade em direção a um maior apoio a Kiev; na energia, o país eliminou integralmente sua dependência do Gás Natural Liquefeito (GNL) russo entre 2022 e 2023; e, na sociedade, a visão popular da importância política da UE tem aumentado, superando os números da Rússia. Por outro lado, as ligações da sociedade moldava com a Rússia ainda são profundas, devido tanto a laços históricos e culturais quanto a medidas mais concretas, como sanções russas pontuais em retaliação a decisões moldavas e a presença de cerca de 1.500 tropas russas na região separatista da Transnístria.

Desse modo, vê-se que o resultado do recente referendo, apesar de encaminhar a Moldávia para um futuro mais próximo da UE, também reflete a realidade de uma nação dividida. Assim, resta à liderança do país manter suas estabilidade e soberania em meio a uma guerra em sua vizinhança, ao risco de sua própria entrada na órbita russa e à crescente aproximação do Ocidente. Por meio desses desdobramentos políticos, compreende-se como as ações da Moldávia refletem o tabuleiro de aspirações tanto russas quanto europeias durante um momento crítico no continente.



Os desafios da política de defesa japonesa sob Shigeru Ishiba

João Pedro Grilo e Thomas Dias Placido

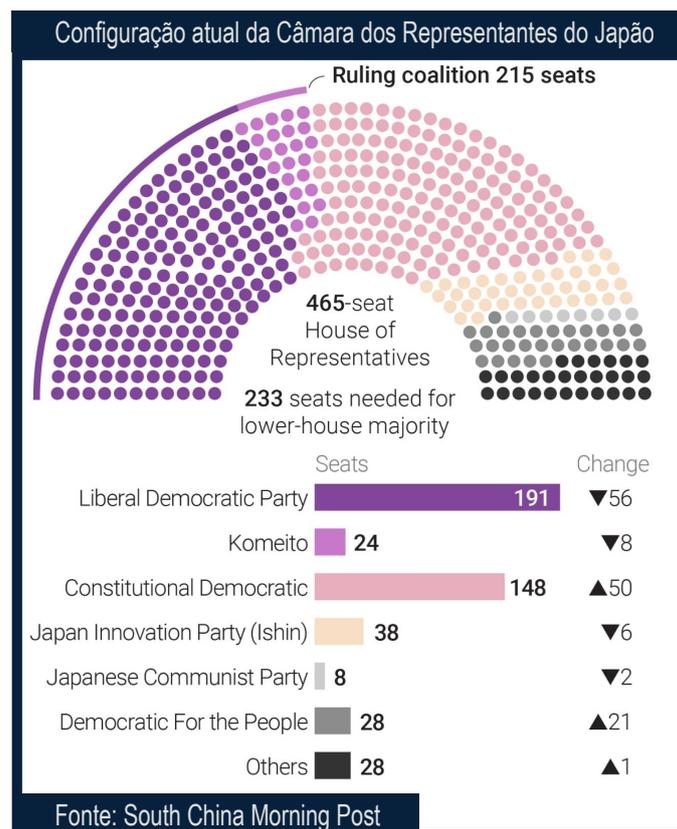
Após perder a maioria parlamentar pela primeira vez em 15 anos, o Partido Liberal Democrático (PLD) japonês enfrentará obstáculos significativos na implementação da política de defesa já em curso no país. Em 27 de outubro, o resultado das eleições gerais em Tóquio indicou uma mudança no planejamento político do PLD: o novo primeiro-ministro (PM), Shigeru Ishiba, foi eleito em 01 de outubro em meio a um recorde de insatisfação popular com a coalizão incumbente. Este artigo busca analisar brevemente os obstáculos que o premiê responderá com a nova configuração interna, e suas implicações para a defesa do Japão.

Primeiramente, os desafios para a concretização da política de defesa nipônica se desdobram em duas frentes principais: a política doméstica e a deterioração socioeconômica. No âmbito doméstico, o PLD vive uma de suas maiores crises políticas desde seu retorno ao poder em 2012, marcada por escândalos envolvendo fundos de campanha no fim de 2023 e pela queda do ex-premiê Fumio Kishida devido à baixa popularidade. Apesar da eleição de Ishiba, o eleitorado japonês demonstrou descontentamento na última plenária geral, na qual o PLD e seu parceiro de coalizão, o Kōmeitō, conquistaram apenas 215 dos 233 assentos necessários para uma maioria simples. Assim, com a oposição ocupando mais cadeiras, será difícil para Ishiba avançar

com reformas de segurança pelo parlamento, incluindo uma proposta de aliança militar semelhante à OTAN na Ásia e a aprovação da Lei de Segurança Nacional, em conformidade com a Estratégia de Segurança Nacional lançada em 2022.

O foco dos eleitores, portanto, se concentrou em questões domésticas. Destaca-se que o aumento do custo de vida, após décadas de deflação, tem afetado o poder de compra dos japoneses, e a falta de uma estratégia econômica clara minou a confiança na coalizão governista, marcada por escândalos financeiros. Com uma moeda desvalorizada, os planos de expansão do orçamento de defesa sofreram um revés: os US\$ 400 milhões previstos em 2022 agora equivalem a cerca de US\$ 272 milhões — uma perda de quase 30% — enquanto a viabilidade de financiamento para o projeto de defesa ainda permanece incerta.

Logo, com pouco capital político e uma frágil base de apoio parlamentar, Ishiba provavelmente precisará adiar os planos de expansão na política de defesa japonesa enquanto busca reconquistar a confiança pública e amenizar as diferenças com a oposição. Ainda assim, mesmo que ele reavalie suas prioridades estrategicamente, a sobrevivência política de Ishiba é incerta, considerando-se o cenário delicado que o novo PM enfrenta.



DOI 10.21544/2446-7014.n209.p12.

A intensificação dos Exercícios Navais da China em seu entorno estratégico

Rodrigo Ribeiro

A Marinha chinesa (PLAN, na sigla em inglês) tem demonstrado uma crescente capacidade de realizar operações navais de alta complexidade. Em 31 de outubro de 2024, a PLAN conduziu um exercício naval no Mar do Sul da China (MSC) com a participação conjunta de seus dois navios-aeródromo operacionais, o que evidencia seu avanço em operações coordenadas. Além disso, no dia 14 do mesmo mês, a China realizou exercícios militares navais e aéreos ao redor de Taiwan, replicando um movimento semelhante ao realizado em maio deste ano. Diante disso, questiona-se: quais fatores têm levado a China a intensificar a realização de exercícios navais em seu entorno estratégico nos últimos anos?

Na estratégia marítima chinesa, os exercícios navais desempenham um papel fundamental como instrumentos de dissuasão e de projeção de poder sobre seu entorno estratégico. Esses exercícios não só sinalizam a capacidade militar do país, mas também reforçam suas reivindicações territoriais em áreas disputadas, como no MSC e no Estreito de Taiwan. Além disso, os exercícios são essenciais para o adestramento dos militares da PLAN, uma vez que a China não se envolve em um conflito direto desde a guerra sino-vietnamita, em 1979.

O aumento das manobras navais chinesas também se relaciona com variáveis sistêmicas. Primeiramente,

o acirramento das tensões com as Filipinas, somado ao aumento da presença militar de países ocidentais (notadamente Estados Unidos da América, Canadá, França e Austrália) no MSC, impulsiona a China a demonstrar suas capacidades navais, buscando dissuadir esses atores e evitar um conflito na região. Em segundo lugar, sob a presidência de Lai Ching-te, Taiwan tem intensificado suas políticas de autonomia em relação a Pequim, o que tem sido respondido com constantes demonstrações de força ao redor da ilha. Por fim, devido aos recentes conflitos no Oriente Médio e à importância estratégica dessa região para a segurança energética chinesa, Pequim busca proteger suas rotas de comunicação marítima, assegurando a defesa de seus interesses, mesmo se distantes de seu território.

Considerando-se que as principais disputas territoriais e de poder envolvendo a China se desenrolam em ambientes marítimos, os exercícios navais no entorno estratégico do país tornam-se uma ferramenta central para sua estratégia, assumindo simultaneamente um caráter dissuasório e de adestramento. Assim, em um futuro próximo, a incorporação do terceiro navio-aeródromo chinês — atualmente em fase de testes — ampliará significativamente a capacidade do país de conduzir operações navais complexas e permitirá que a PLAN opere em múltiplos cenários ao mesmo tempo.

DOI 10.21544/2446-7014.n209.p13.

SUL DA ÁSIA

Desafios da Índia em busca de autonomia mineral

Gabriela Santos

Os minerais críticos são um conjunto de commodities que vêm ganhando cada vez mais relevância no cenário político internacional, à medida que o mundo reconhece suas amplas utilizações nas principais tecnologias de transição energética, aplicações militares e demais processos de alta tecnologia. Admitindo a importância desses materiais, a Índia anunciou, em julho deste ano, sua “Missão para os Minerais Críticos”,

uma iniciativa com os objetivos de expandir a produção doméstica dos minerais, priorizar sua reciclagem e incentivar sua aquisição no exterior. Cabe, portanto, analisar os principais desafios que o país enfrenta em sua busca por autonomia mineral.

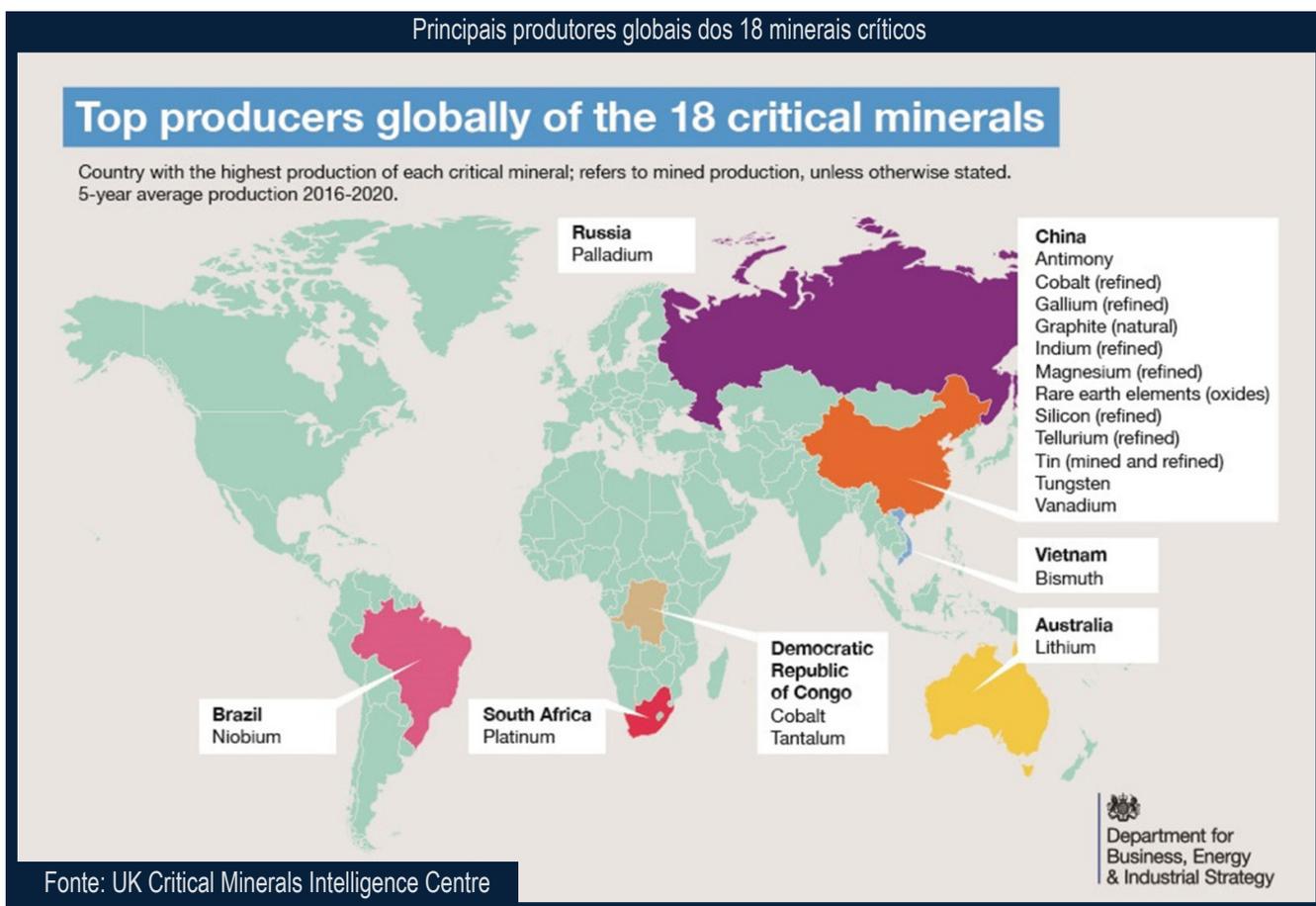
São considerados “críticos” aqueles minerais essenciais ao desenvolvimento de um país, mas cuja cadeia de fornecimento é vulnerável a interrupções. Dessa

forma, a criticalidade varia de acordo com o contexto em que cada nação está inserida. Em 2023, o governo indiano identificou 30 minerais críticos com base em sua importância econômica e seus riscos de fornecimento. Já neste ano, destacou em seu Economic Survey 2023–2024 que minerais como cobalto, grafite e lítio estão entre “os menos diversificados geograficamente”, e que a concentração da capacidade de mineração e processamento desses materiais nas mãos de atores estrangeiros representa ao país uma “restrição significativa ao uso de energias renováveis e às ambições de veículos elétricos”.

De fato, a Índia depende fortemente de importações minerais provenientes de países associados a altos riscos geopolíticos — segundo relatório do *Institute for Energy Economics and Financial Analysis*, cerca de 50% do grafite indiano é proveniente da China, assim como 25% do óxido de níquel. Ademais, Nova Délhi ainda é 100% dependente de importações de cobalto, níquel e lítio, sendo 30% do óxido de lítio proveniente da Rússia.

Para neutralizar essa dependência, o país tem buscado incentivar a exploração doméstica de materiais críticos, mas enfrenta dificuldades em atrair interessados — dos 49 blocos de exploração mineral oferecidos em leilões desde 2023, apenas 22 foram concedidos. A falta de resposta pode ser atribuída aos processos de extração complexos, altamente tecnológicos e frequentemente inviáveis do ponto de vista econômico.

Embora o principal objetivo da missão de minerais críticos lançada recentemente seja eliminar a dependência externa e fortalecer a exploração mineral doméstica, projetos de mineração demoram para iniciar sua produção, ao passo que a demanda por minerais críticos acelera rapidamente. Para garantir a segurança do suprimento desses recursos, a Índia deve adotar uma estratégia multifacetada. Isso inclui aprofundar parcerias com países ricos em minerais críticos e geopoliticamente estáveis, mitigando-se assim os riscos comerciais.



Expansão Silenciosa: as disputas entre China e Vietnã no Mar do Sul da China

Gabriela Veloso

As disputas territoriais no Mar do Sul da China (MSC) são amplamente conhecidas, entretanto, os movimentos recentes de China e Vietnã indicam potenciais mudanças nas dinâmicas regionais. A ampliação das ilhas artificiais e a construção de uma pista de pouso pelo Vietnã nas Ilhas Spratly, combinadas com a instalação de um novo sistema de radar chinês na Ilha Triton, geram questionamentos sobre a estabilidade na região e a relação entre esses dois Estados.

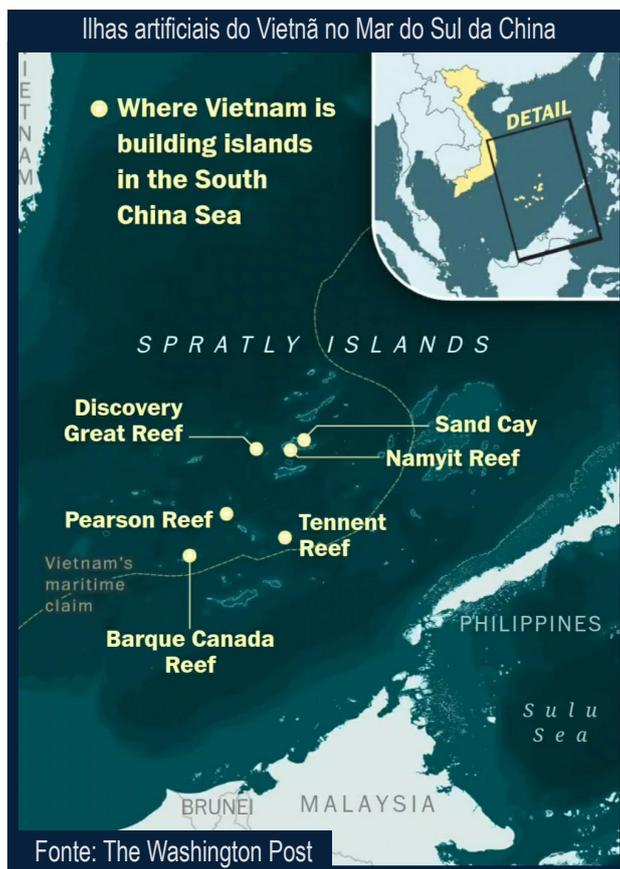
Somente no último ano, o Vietnã adicionou mais de 600 acres de terra seca na área, com grande parte das atividades concentradas no Recife Barque Canadá, agora com quase 5 km de comprimento e espaço suficiente para uma pista de pouso estratégica de valor militar. Atualmente, há no local uma pista de cerca de 1.000 metros e que continua em expansão, o que aumentará o alcance das patrulhas marítimas vietnamitas. Espera-se que o governo vietnamita construa outras pistas na região, estrategicamente localizadas ao sul das principais instalações militares da China nas Spratlys, o que poderia permitir ao Vietnã cercar algumas posições chinesas com novas infraestruturas de base.

Hanoi acelerou a construção de ilhas artificiais, adicionando 280 hectares de terra desde novembro de 2023 para combater a influência chinesa. Em resposta,

Pequim instalou um sistema de radar na Ilha Triton, ampliando seu monitoramento desde Hainan até o Recife Subi. Ao possibilitar que Pequim observe a costa central vietnamita, onde se encontram importantes bases militares, essa vigilância chinesa pode interceptar operações vietnamitas em curso. A ação fortalece as capacidades de guerra eletrônica e inteligência da China, permitindo monitorar operações de petróleo e gás nas Ilhas Paracel.

A China mantém uma resposta mais contida ao avanço do Vietnã, ainda que a disputa entre os países por soberania e controle marítimo siga sendo uma fonte de tensão. Essa competição tem sido caracterizada por uma “política de equilíbrio” adotada pelo Vietnã, que busca resistir à pressão chinesa enquanto evita um confronto direto. O apoio do Vietnã ao estabelecimento de um código de conduta no MSC e suas iniciativas de diálogo com países vizinhos, como as Filipinas, indicam um esforço para solidificar alianças regionais e fortalecer mecanismos de cooperação.

No entanto, o avanço vietnamita no arquipélago de Spratly e o desenvolvimento de infraestruturas estratégicas na área podem intensificar os atritos, já que Pequim enxerga tais ações como uma ameaça à sua presença dominante.



DOI 10.21544/2446-7014.n209.p15

Além dos oceanos: perspectivas sobre a cooperação África do Sul-Brasil-Índia

José Ricardo Araujo

Entre os dias 07 e 17 de outubro, ocorreu o exercício trilateral conjunto e combinado “IBSAMAR VIII” entre África do Sul, Brasil e Índia na cidade sul-africana de Simon’s Town. Sob o lema “Interoperabilidade compartilhada rumo à governança oceânica regional”, a operação contou com simulações de manobras de curta distância, interdição marítima e ataques aéreos. Destacam-se as fragatas “Amatola” da África do Sul, “Defensora” do Brasil e “Talwar” da Índia, além de aeronaves dos três Estados. Ocorrendo bianualmente desde 2008, esse exercício não é um exemplo isolado dessa cooperação trilateral. Assim, questiona-se: quais perspectivas podem ser traçadas acerca do arranjo de cooperação trilateral África do Sul-Brasil-Índia?

Ainda no âmbito militar, salienta-se que o exercício “IBSAMAR” fortalece laços dos Estados envolvidos no setor da defesa e ocorre em meio a uma série de projetos e negociações. Na interface Brasil-Índia, estão sendo discutidas colaborações acerca dos mísseis de cruzeiro supersônico “BrahMos” ([Boletim 208](#)) e de terra-ar “Akash” e dos submarinos da classe “Scorpène”. Já entre a África do Sul e o Brasil, o projeto míssil de curto alcance “A-Darter” é digno de nota. Ainda, nas relações África do Sul-Índia, um Comitê de Defesa Conjunta opera desde 2000. No quesito segurança marítima, África do Sul e Brasil fazem parte da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), e África do Sul e Índia estão na Associação da Orla do Oceano Índico (IORA,

na sigla em inglês). Assim, prezando pela estabilização do Atlântico Sul e do Oceano Índico em seus respectivos arranjos, essas convergências de pensamento estratégico marítimo foram cruciais para o florescimento dessa cooperação.

Ademais, a cooperação trilateral do Sul Global em temas de segurança foi historicamente fortalecida no grupo de trabalho de Defesa do Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e no período de ocupação conjunta de assentos rotativos do Conselho de Segurança das Nações Unidas (2010-2012). Embora esses países ainda precisem robustecer a corrente de comércio entre si, os três Estados dividem fóruns econômicos importantes, como o BRICS, a Organização Mundial do Comércio e o G20. Sobre este último: atualmente, os três fazem parte da *troika* — estrutura de gestão do conhecimento do G20 composta pela presidência atual do fórum, a anterior e a posterior. Isso auxiliou ainda mais no aprofundamento das relações entre esses atores, inclusive em agendas sociais, como as de combate à fome e à pobreza.

Isso demonstra a multidimensionalidade da cooperação África do Sul-Brasil-Índia. Logo, o sucesso do exercício “IBSAMAR” é fruto de um longo esforço trilateral nos âmbitos político, econômico, social e militar e abre ainda mais possibilidades para a cooperação em defesa.

- ▶ [When the Drone Threat Comes Home](#)
THE NATIONAL INTEREST, Darrell Owens.
- ▶ [Cybersecurity: Ghosts in the Machine](#)
THE MARITIME EXECUTIVE, Sean M. Holt.
- ▶ [El NAVPLAN y el Futuro de la US Navy](#)
MINISTÉRIO DA DEFESA DA ESPANHA, Gonzalo Vázquez Orbaiceta.
- ▶ [Taiwan's Energy Supply: The Achilles Heel of National Security](#)
INSTITUTO FRANCÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, Adrien Simorre.
- ▶ [Houthis' lesson for the US Army: how a land force can fight a maritime war](#)
ASPI, Andrew Rolander.

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Por: Rafaela Machado

NOVEMBRO

Principais eventos de 04 a 29

04-24



FINLÂNDIA
EXERCÍCIO
"DYNAMIC FRONT"

11-22



AZERBAIJÃO
COP 29

18-19



BRASIL
CÚPULA DE CHEFES DE
ESTADO E DE GOVERNO
DO G20

24



ROMÊNIA
ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS

24



URUGUAI
SEGUNDO TURNO DAS
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

26-29



LAOS
18ª REUNIÃO DOS MINISTROS
DA DEFESA DA ASEAN

27



NAMÍBIA
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

29



IRLANDA
ELEIÇÕES GERAIS

- A crise energética na Bolívia: impactos e perspectivas futuras**
[A Bolívia sonhou em se tornar a 'Catar do gás'. Mas sofreu com erros estratégicos.](#) **Bloomberg**, 13 out. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.
[Bolivia swaps energy and hydrocarbons minister amid fuel crisis.](#) **Reuters**, 12 ago. 2024. Acesso em: 15 ago. 2024.
 - A retomada do poder de Donald Trump**
[Donald Trump e a avalanche republicana.](#) **Observatório Político dos Estados Unidos**, 07 nov. 2024. Acesso em: 07 nov. 2024.
[PRESIDENTIAL ELECTION highlights: November 6, 2024.](#) **AP News**, 06 nov. 2024. Acesso em: 07 nov. 2024.
 - Um rastro de degradação: a controversa atuação da Shell na Nigéria**
[UK Court of Appeal rules in favour of two Nigerian communities against Shell.](#) **The Africa Report**, 14 out. 2024. Acesso em: 20 out. 2024.
[Nigeria: Shell must be held fully accountable for human rights harms before being allowed to sell its Niger Delta business.](#) **Amnesty International**, 14 maio 2024. Acesso em: 20 out. 2024.
 - Como a instabilidade no Levante afeta a República do Chipre**
[ECHR's condemnation of Cyprus' pushbacks to Lebanon.](#) **EuroMed Rights**, 08 out. 2024. Acesso em: 03 nov. 2024.
[Judgment concerning Cyprus.](#) **European Court of Human Rights**, 08 out. 2024. Acesso em: 03 nov. 2024.
 - A nova política migratória do Reino Unido**
[UK's Starmar to double border security funding to curb Channel migrant crossings.](#) **France24**, 04 nov. 2024. Acesso em: 09 nov. 2024.
[New deals with Balkan states to target people smugglers.](#) **BBC**, 07 nov. 2024. Acesso em: 09 nov. 2024.
 - A Eleição na Tunísia e as Perspectivas para o Novo Governo**
[Tunisia: Kais Saied vence presidenciais com mais de 89%.](#) **DW**, 07 out. 2024. Acesso em: 09 nov. 2024.
[How Tunisia's President Has Used the Law to Secure His Election Victory.](#) **Carnegie**, 24 set. 2024. Acesso em: 09 nov. 2024.
 - A Moldávia como paradigma da oposição oriente-ocidente**
[Moldova's Gas Futures.](#) **CSIS**, 09 set. 2024. Acesso em: 01 nov. 2024.
[Moldova backs joining EU by razor-thin margin as president condemns 'assault' on democracy.](#) **CNN**, 21 out. 2024. Acesso em: 01 nov. 2024.
 - Os desafios da política de defesa japonesa sob Shigeru Ishiba**
[Ishiba Takes the Helm: A New Kind of Leader for Japan.](#) **Asia Society**, 16 out. 2024. Acesso em: 28 out. 2024.
[Japan PM Ishiba's defence reforms face election hurdle with LDP expected to lose ground.](#) **South China Morning Post**, 25 out. 2024. Acesso em: 01 nov. 2024.
 - A Intensificação dos Exercícios Navais da China em seu Entorno Estratégico**
[China's PLA navy perform first dual aircraft formation exercise in South China Sea.](#) **Reuters**, 31 out. 2024. Acesso em: 08 nov. 2024.
[Military Challenges to China's South China Sea Claims are Increasing.](#) **The Maritime Executive**, 27 out. 2024. Acesso em: 08 nov. 2024.
 - Desafios da Índia em busca de autonomia mineral**
[India's Hunt for Critical Minerals.](#) **Institute for Energy Economics and Financial Analysis**, out. 2024. Acesso em: 09 nov. 2024.
[2024 Budget: FM Nirmala Sitharaman announces Critical Mineral mission.](#) **The Economic Times**, 23 jul. 2024. Acesso em: 09 nov. 2024.
 - Expansão Silenciosa: as disputas entre China e Vietnã no Mar do Sul da China**
[Will Vietnam keep 'nuanced' China policy amid report of radar system on disputed island?](#) **South China Morning Post**, 23 out. 2024. Acesso em: 09 nov. 2024.
[Vietnam Puts Strategic Airfield on Newly-Built Island in the Spratlys.](#) **The Maritime Executive**, 27 out. 2024. Acesso em: 09 nov. 2024.
 - Além dos oceanos: perspectivas sobre a cooperação África do Sul-Brasil-Índia**
[Exercise IBSAMAR VIII 2024 Successfully Concludes.](#) **MaritimAfrica**, 18 out. 2024. Acesso em: 10 out. 2024.
[Cooperação horizontal Sul-Sul: arranjos de concertação política entre a Índia, o Brasil e a África do Sul.](#) **Revista Brasileira de Política Internacional**, jul. 2010. Acesso em: 10 out. 2024.
- O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.
- Os valores em moeda expressos neste Boletim estão padronizados em Dólar Estadunidense, utilizando a conversão do Banco Central do Brasil.

MAPA DE RISCO

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência na economia brasileira e o impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Os parâmetros para categorização dos riscos seguem os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, relevância dos atores envolvidos, repercussão internacional, impacto regional e a possibilidade da escalada de tensões. Após a seleção

dos fenômenos, estes podem ser categorizados em alto risco (vermelho), quando avalia-se grande instabilidade social, política, militar ou econômica; e também, em médio risco (laranja), para principais situações de agravamento de riscos observados. Os países em cinza representam conflitos monitorados; caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Kaike Mota

► ALTO RISCO:

- HAITI - Conflitos internos: [Haiti replaces its prime minister, marking more turmoil in its democratic transition process.](#) **AP News**, 10 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.
- IÊMEN - Crise estrutural e regional: [EUA realizam ataques contra houthis no Iêmen, diz autoridade de defesa.](#) **CNN**, 09 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.
- IRÃ - Instabilidade regional: [Irã condena quatro pessoas à morte por acusações de espionagem para Israel, informa agência de notícias Fars.](#) **Reuters**, 06 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.
- ISRAEL - Conflito regional: [Ministro israelense de extrema-direita ordena preparativos para anexação da Cisjordânia.](#) **Al Jazeera**, 11 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.
- LÍBANO - Crise estrutural: [Israeli strikes on north Lebanon and Gaza kill dozens, officials say.](#) **BBC**, 10 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.
- MAR VERMELHO - Ataque a embarcações: [Houthis renew their attacks: three ships allegedly targeted.](#) **Defence Web**, 05 nov. 2024. Acesso em 11 nov. 2024.
- MIANMAR - Conflito interno: [Myanmar's conflict-torn Rakhine state could face an imminent acute famine, UN report warns.](#) **AP News**, 08 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.
- REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO - Crise regional: [‘I went to war. It was a nightmare’: how children have become ‘cannon fodder’ in DRC’s endless conflict.](#) **The Guardian**, 11 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.
- RÚSSIA E UCRÂNIA - Conflito militar: [Russian glide bombs, drones and a ballistic missile kill 6, injure 30 in Ukraine.](#) **AP News**, 11 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.
- SOMÁLIA - Crise estrutural: [19 Al Shabaab Members Killed in Military Operation in Southern Somalia.](#) **Qatar News Agency**, 08 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.
- SUDÃO - Conflito interno: [Unrelenting violence in Sudan drives continued refugee exodus.](#) **UNHCR**, 08 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.
- VENEZUELA - Crise sociopolítica: [Venezuela solicita a Interpol una orden de captura contra Edmundo González Urrutia.](#) **El País**, 07 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.

► MÉDIO RISCO:

- BOLÍVIA - Crise sociopolítica: [El Congreso del MAS reafirmó la candidatura de Evo Morales a las elecciones 2025 tras fallo del Tribunal Constitucional.](#) **Nodal Am**, 11 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.
- BURKINA FASO - Crise sociopolítica: [Burkina Faso's Djibo city struggles under jihadist siege.](#) **La Croix International**, 07 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.
- GUINÉ - Crise sociopolítica: [Crise sociopolitique en Guinée : le MPP présente une étude détaillée sur l'impasse.](#) **Mosaïqueguinee**, 10 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.

•IRAQUE - Crise regional: [Five Killed in Turkish Drone Strikes on PKK Members in Northern Iraq](#). **US News**, 10 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.

•MALI - Crise sociopolítica: [UN mission in Mali's withdrawal complete by mid-November: Junta](#). **Al Arabiya**, 07 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.

•MAR DO SUL DA CHINA - Disputas regionais: [South China Sea: new Philippine laws that sparked Beijing's fury to 'stress' foreign ships](#). **South China Morning Post**, 11 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.

•NÍGER - Crise sociopolítica: [Nigerian military warns of new militia threat from Niger and Mali](#). **Reuters**, 07 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.

•SÍRIA - Crise regional: [Caught Between Wars, Syrian Refugees in Lebanon Return Home](#). **The New York Times**, 11 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024

► EM MONITORAMENTO:

•AFEGANISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [Afghanistan's women are faceless and voiceless. The world needs to speak up](#). **Times of India**, 10 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.

•ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Instabilidade regional: [Azerbaijan, Armenia to continue peace treaty talks after climate conference in Baku - Aliyev](#). **Interfax**, 11 nov. 2024. Acesso em 11 nov. 2024.

•BANGLADESH - Instabilidade sociopolítica: [Bangladesh interim government revokes credentials of 50 journalists](#). **VOA News**, 10 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.

•BELARUS - Instabilidade regional: [Autoridades bielorrussas lançam nova onda de repressão antes da eleição presidencial](#). **AP News**, 06 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024

•COLÔMBIA - Instabilidade sociopolítica: [El Clan del Golfo intimida a la sociedad civil para lavar sus crímenes ambientales](#). **El País**, 11 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.

•EL SALVADOR - Instabilidade sociopolítica: [Por ola de crímenes en tres municipios, dos cabecillas de la MS y 19 pandilleros son condenados hasta con 236 años](#). **Diario El Salvador**, 11 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.

•EQUADOR - Instabilidade sociopolítica: [Ecuador's VP suspended for 150 days deepening rift with president as February election looms](#). **AP News**, 09 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.

•ESTREITO DE MALACA - Ilícitos Marítimos: **NOVO NO MAPA: The State of Maritime Supply-Chain Threats**. **Center of Strategic & International Studies**, 04 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024

•ETIÓPIA - Instabilidade interna: [The Amhara Insurgency: External Influences and the Evolving Geopolitical Landscape in Ethiopia](#). **Robert Lansing Institute**, 11 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.

•GUIANA E VENEZUELA - Disputa regional: [Brasil e Venezuela: tensão diplomática, crise do Essequibo e a postura da esquerda](#). **Jornal Opção**, 04 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.

•MOÇAMBIQUE - Instabilidade entre governo e forças insurgentes: [Tensions grow in Mozambique as police fire tear gas at protesters](#). **RFI**, 07 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.

•NICARÁGUA - Instabilidade sociopolítica: [Alarming erosion of freedom and academic autonomy](#). **UN News**, 08 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.

•NIGÉRIA - Instabilidade interna: [Economic hardship, the climate crisis and violence in the northeast projected to push 33.1 million Nigerians into food insecurity in 2025](#). **World Food Programme**, 08 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.

•PAQUISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [Pakistan railway bomb blast kills at least 25](#). **Al Jazeera**, 09 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.

•PENÍNSULA COREANA - Instabilidade regional: [North Korea blamed for 331 GPS disruptions this month: science ministry](#). **The Korea Times**, 10 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.

•SELVA DE DARIÉN - Crise migratória: [Migrants crossing the Darien heard of Donald Trump's victory — and picked up the pace](#). **AP News**, 09 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.

•SENEGAL - Instabilidade sociopolítica: [Investigation launched into the death of former senegalese finance minister Mamadou Moustapha BA](#). **SeneNews**, 10 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.

•TAIWAN - Disputas regionais: [China's Gray-Zone Offensive Against Taiwan Is Backfiring](#). **Foreign Affairs**, 08 nov. 2024. Acesso em: 11 nov. 2024.